



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 229 DE

JUNHO DE 2025

À Publicação anteriormente à  
Comissão de Constituição, Justiça  
e Redação.  
Em 24/06/2025  
Secretário

DIRLEG-AL  
Fls. 2  
P



*Institui, no âmbito do Estado do Tocantins, a obrigatoriedade de identificação do remetente em entregas de alimentos, bebidas, presentes e itens afins, e estabelece penalidades em caso de descumprimento.*

#### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:**

**Art. 1º** Fica proibida, em todo o território do Estado do Tocantins, a entrega de alimentos, bebidas, presentes, produtos ou quaisquer itens por empresas, plataformas de delivery, transportadoras ou entregadores autônomos sem a identificação clara e verificável do remetente.

**Art. 2º** A identificação do remetente deve conter, obrigatoriamente:

- I – nome completo ou razão social;
- II – documento de identificação (CPF ou CNPJ);
- III – endereço e telefone para contato;
- IV – caso o item seja entregue por terceiro, identificação da pessoa responsável pela entrega.

**Art. 3º** Fica vedado o anonimato em qualquer tipo de entrega domiciliar no Estado que envolva itens de consumo humano ou objetos pessoais.

**Art. 4º** Em caso de descumprimento desta lei:

- I – A empresa ou plataforma responsável responderá solidariamente por eventual dano causado à integridade física ou à vida do destinatário;
- II – será aplicada multa administrativa, graduada conforme o porte da empresa e a gravidade do fato;



III – o remetente, quando identificado, responderá civil e criminalmente pelo conteúdo da entrega, além de estar sujeito a sanções previstas nesta lei.

**Art. 5º** Os estabelecimentos e plataformas de entrega deverão criar mecanismos de checagem para garantir que todas as encomendas estejam devidamente identificadas, sob pena de responsabilização solidária.

**Art. 6º** Entregadores autônomos e profissionais vinculados a plataformas deverão recusar a entrega de qualquer item sem identificação visível do remetente, sendo assegurado o direito de não prosseguir com a entrega sem sofrer penalização por parte da empresa ou contratante.

**Art. 7º** – Esta lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Casos recentes que chocaram o país, como a morte de um bebê de 8 meses no Rio Grande do Norte e de uma criança de 7 anos no Maranhão, expõem de forma trágica a gravidade das entregas realizadas sem identificação do remetente. Tais episódios evidenciam que práticas aparentemente banais, como o envio de pacotes anônimos, vêm sendo utilizadas de maneira perversa para a prática de crimes brutais, incluindo o envenenamento de vítimas indefesas – entre elas, crianças.

Diante desse cenário alarmante, o presente projeto de lei visa coibir o uso de entregas anônimas como instrumento de violência, criando um mecanismo legal que favoreça a rastreabilidade e, consequentemente, a responsabilização dos autores. A proposta busca garantir maior segurança à população, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Além disso, a medida proporciona maior respaldo jurídico aos profissionais de entrega, assegurando-lhes o direito de se recusarem a transportar encomendas sem identificação do remetente. Isso evita que sejam involuntariamente envolvidos em práticas criminosas, protegendo tanto sua integridade quanto sua reputação profissional.

ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Portanto, diante da urgência e relevância do tema, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposta legislativa, que representa um passo importante no fortalecimento da segurança pública e da proteção à vida.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de Lei.

Professora Janad Valcari  
**Deputada Estadual**

JANAD MARQUES DE  
FREITAS  
VALCARI:71487093187

Assinado de forma digital por JANAD  
MARQUES DE FREITAS VALCARI:71487093187  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla  
v5, ou=43352201000160,  
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A3,  
cn=JANAD MARQUES DE FREITAS  
VALCARI:71487093187  
Dados: 2025.06.10 09:36:39 -03'00'



Imprimir



**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento: **Pd0ba59f74f441e57ea7d5ff39c88bab5K14194**

Tipo de Proposição:  
**Projeto de Lei da Casa**

Autor: **PROFESSORA JANAD VALCARI**

Enviada por: **JANAD  
VALCARI**  
(dep.janad.valcari)

Descrição: **Institui, no âmbito do Estado do Tocantins, a obrigatoriedade de identificação do remetente em entregas de alimentos, bebidas, presentes e itens afins, e estabelece penalidades em caso de descumprimento.**

Data de Envio:  
**06/06/2025 17:38:39**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

---

**PROFESSORA JANAD VALCARI**

